

A (IN)UTILIDADE DO ESTUDO DA CRISE

Celia Lucia Monteiro de Castro*
Carmen Navarro Rivas**

1. A antiguidade da escrita; 2. Metalinguagem como condição necessária; 3. A pesquisa feita; 4. Os resultados obtidos; 5. Outros estudos a serem feitos.

1. A antiguidade da escrita

A escrita, desde que foi inventada há milhares de anos tem levantado tantos problemas que é até lícito perguntar, hoje em dia, se não seria mais vantajoso ignorar sua existência.

Surgiu ela, basicamente, da necessidade de um registro, de modo a possibilitar a comunicação entre homens que se achavam distantes, quer do ponto de vista do espaço, quer do ponto de vista temporal, tentando sanar algumas falhas da comunicação oral. Se é verdade que a fala pode ser superior à linguagem gestual, não só porque pode permitir maior complexidade (amplitude e profundidade) da comunicação, como também porque torna desnecessário o contato face-a-face, parece também verdadeiro que a grafia avança um passo a mais, quer permitindo o aumento da distância entre os interlocutores, quer até garantindo uma maior fidelidade do registro, menos suscetível às modificações que ocorrem quando uma mensagem oral é transmitida de indivíduo a indivíduo, sem mencionar sua valia contra o esquecimento.

Demonstrada sua utilidade, apresentou-se a escrita sob formas várias até a invenção do alfabeto por fenícios (consoantes) e gregos (vogais)¹ o qual, constituído

* Professora titular na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense; pesquisadora associada no Departamento de Medicina Tropical da Fundação Instituto Oswaldo Cruz.

** Mestre em educação pelo IESAE/FGV; analista administrativa na Fundação Instituto Oswaldo Cruz.

¹ A percepção de que as letras registram os sons da fala mas se ligam principalmente ao conteúdo da fala (e não meramente aos sons emitidos) torna-se mais nítida se a comparação é feita com outra forma de registro, como a notação musical. Esta, ligada ao registro gráfico do som a ser produzido, assinala, além do som, a duração e a altura da nota, bem como a emissão isolada ou conjunta das mesmas.

por um número relativamente pequeno de sinais, possibilitou a expansão do uso da escrita. Os problemas começaram, então, a surgir. O primeiro deles é que a invenção não serve se não existem pessoas que escrevam e que leiam. Surge, assim, a necessidade de uma aprendizagem específica, e a forma pela qual este processo de ensino é distribuído, atingindo mais ou menos indivíduos, de classes sociais distintas, é um dos elementos básicos de dominação. Não é, portanto, de estranhar que a posse desta técnica tenha-se associado, com freqüência, aos conceitos de liberdade (inclusive religioso), de democracia, de ascensão social.

O próprio uso do alfabeto, na escrita, cria um segundo problema grave, já que pode levar os incautos a pensarem que as letras têm apenas a função de representar os sons da fala² e, já que todos falam, a inferir que aprender a ler e a escrever é tão-somente traduzir em símbolos gráficos os sinais da oralidade. Ledo engano. Fala-se com alguém em um momento determinado, em situações muito específicas, com determinada intenção; fala-se e são utilizados, ademais dos sons e dos intervalos entre os sons (o que constitui, em essência, a frase e a palavra), a posição corpórea, o gesto, o ritmo, a altura dos sons, enfim, uma série de procedimentos que ajudam a manter a atenção do interlocutor e a facilitar a compreensão do que é dito. Nada disso se observa na escrita.

Outra dificuldade a mais se refere à possibilidade (e à realidade) de mudança da fala, mormente em sociedades complexas sujeitas a intenso intercâmbio, e à relativa imobilidade da escrita, ou, pelo menos, sua maior reação às modificações, tidas antes como heresias do que como alterações perfeitamente aceitáveis. É verdade que a transformação muito rápida da escrita, se exequível, criaria outros problemas, agora relativos à leitura, visto que obrigaria a aprendizagem constante de códigos e normas anteriormente aceitos, mas agora ultrapassados. Mudando ou não a escrita e o fazendo com velocidade diversa da fala, o simples fato de existirem ritmos distintos torna aparente, outra vez, que o ato de escrever não é, e não pode ser, apenas a passagem do som para o grafismo.

Ocorre, além de tudo, que a função básica da escrita, aí considerada a comunicação a distância (tempo e espaço), passa a ser desempenhada, no momento presente, por outros mecanismos. Temos telefone, rádio, televisão, computadores de vários tipos, discos (tradicional e a *laser*), fita cassete, fotografia, filme, vídeoeteipe,

² A utilização do alfabeto grego-fenício como que estabelece uma seqüência: objeto, conceito do objeto, som que indica o conceito (palavra) e sinal gráfico que representa o som. No caso do uso dos hieróglifos, por outro lado, após o objeto e o conceito do objeto como que haveria uma dicotomia: o uso do som para representar o conceito e o emprego de grafismo para representar o mesmo conceito, não se fazendo, obrigatoriamente, relação entre o som da palavra e o sinal representativo deste som. Seria interessante estudar, neste último caso, se aparece a concepção equivocada de que "escrever é o mesmo que falar".

engenhocas maravilhosas que permitem o registro do som (e, conseqüentemente, da palavra) e da imagem, isolada ou conjuntamente. É lícito ou é vantajoso insistir em uma invenção tão antiga, que causa tantos problemas?

Em países subdesenvolvidos, pobres, a leitura e a escrita são efetivamente procedimentos mais baratos do que o uso da aparelhagem eletrônica; entre nós um livro ainda custa menos do que um videoteipe, um disco compacto. Por outro lado, aparelhos, mormente os mais sofisticados, exigem medidas preventivas e terapêuticas, o que se associa à substituição de peças e à existência de mão-de-obra especializada; tudo leva a crer que a simples estante resiste mais e que o papel permanece por mais tempo, em condições adversas de temperatura, ventilação, organismos agressores. Por questões de economia, desenvolvamos o uso da escrita . . .

Mas não se pode esquecer que a leitura, muito acima de razões econômicas, oferece algo em relação a que os aparelhos têm-se mostrado falhos, ou pouco completos: ler implica a liberdade do próprio ato de leitura. É possível parar ou continuar a leitura (como se pode ligar ou desligar a televisão), voltar atrás ou pular páginas (como se faz com fitas ou discos), ler mais depressa ou mais devagar (impondo um ritmo acelerado ou de câmara-lenta aos artefatos de registro de som e de imagem), mudar em si a velocidade com que a obra se apresenta, ajustando-a às necessidades individuais. Nada mais útil, portanto, do que lembrar a velha concepção de leitura como "a orgia silenciosa do pensamento".

2. Metalinguagem como condição necessária

Limitemos, por um momento, a função da fala à transmissão de uma informação sobre um determinado objeto, o que estaria contido em uma frase do tipo "a cadeira está quebrada". Que fazemos ou temos de fazer para poder enunciar uma proposição tão simples? De início temos de separar, entre os objetos que percebemos à nossa volta, um tipo particular de objeto, separando-o dos demais componentes da categoria "móveis" e distinguindo-o de outros móveis destinados a serem utilizados como assento (banco, sofá, poltrona, tamborete). Temos de formar, em síntese, um conceito (cadeira), aplicável ao objeto a que nos estamos referindo, percebendo, com a clareza possível, que estamos formando um conceito que se refere ao objeto, mas não é o objeto (visto que este assume peculiaridades de que o conceito não cogita). Da mesma forma procederemos em relação ao atributo, o que implica perceber (e, portanto, conceituar), o que seria estar-quebrado em oposição a não-estar-quebrado, separando o qualificativo "quebrado" (e seu oposto, "não-quebrado") de vários outros atributos relativos à cor, à forma, aos demais aspectos de conservação do objeto, etc. E, além disso, deve haver uma conceituação clara do "estar" em oposição ao "ser", assumida a ca-

racterística da temporalidade, de condição momentânea, do primeiro, face à relativa permanência do segundo. Intensa atividade intelectual para uma frase tão banal, tão comum!

A análise certamente não se esgota, já que todo o pensamento está expresso em linguagem, implicando a associação entre objetos e estados e sons (emissão oral das palavras), criação de novos sons para assinalar a determinação do objeto (a/uma), a singularidade do mesmo (cadeira/cadeiras), a variabilidade do som indicador de estado para denotar a que objetos nos referimos (estou, estás, está).

Criamos, então, normas, regras, que aplicamos aos sons que iremos emitir, regras estas que modificam os sons e esclarecem o sentido que intentamos dar aos mesmos. Regras que precisam ser aprendidas e usadas, se tencionamos transmitir a alguém uma informação qualquer, uma emoção, um sentimento. No caso específico da escrita, teremos ainda que inventar, aprender, utilizar os espaços entre os conjuntos de sinais, a inicial maiúscula, o ponto final . . . Sem contar que, graças ao alfabeto que utilizamos, deve haver a aprendizagem inicial de que raramente os sons emitidos correspondem a um único sinal gráfico (*a, e, o*), mas devem ser decompostos em duas partes elementares para que possam ser escritos; sem contar ainda que a maneira pela qual escrevemos o português não é rigorosamente fonética, o mesmo som assumindo letras diferentes e a mesma letra podendo corresponder a sons distintos.

Não é de admirar que se escreva mal, este "mal" entendido como o desvio à norma culta, prevalente em uma dada sociedade, em um dado momento histórico e considerada útil para os próprios fins de registro. Se a grafia desviante das palavras pode ser atribuída a falhas de correspondência entre o som pronunciado e o sinal gráfico que o representa (caso do *s, c, ç, ss, x, z*), ou à persistência de formas de registro que não mais correspondem aos sons emitidos em uma dada qualidade (caso do registro final em "o", quando a pronúncia privilegia o *u*), ou mesmo ao desconhecimento da regra ortográfica em voga (uso ou não dos acentos diferenciais), admitimos que a concepção equivocada de que escrever é o mesmo que falar seja responsável pelas demais deficiências, tornando necessário um pensar sobre a escrita (metalinguagem) como condição essencial para a própria escrita. Nesse sentido exercícios usuais como os relativos à discriminação visual e auditiva, o ditado, a cópia, a correção de textos, a leitura e interpretação de trechos podem trazer resultados escassos, se a ênfase não recair sobre o objetivo e as funções da leitura/escrita, as formas de representação gráfica.³

³ Ver, a respeito, o trabalho de Rego, Lucia L. Browne. Descobrimo a língua escrita antes de aprender a ler: algumas implicações pedagógicas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 66(152) : 5-27, jan./abr. 1985.

3. A pesquisa feita

Temos trabalhado ultimamente com documentos escritos, produzidos por candidatos a cursos de mestrado/doutorado na área médica, em suas provas de seleção^{4,5}

A escolha⁶ deste material prende-se a uma série de motivos: a classe social de origem faria supor um domínio relativo do código escrito, hipótese reforçada pelo grande número de anos de escolaridade formal (no caso do ingresso ao mestrado: onze anos do ensino de 1^o e 2^o graus, seis anos do curso médico, um a dois anos de "residência"; a imposição, pela própria situação de concurso, de um determinado tipo de redação (dissertação) aproximaria o que é solicitado do tipo de escrita utilizado na vida profissional (linguagem referencial), base de futuras dissertações e teses de mestrado e doutorado); os temas que têm sido apresentados (motivos para a candidatura ao próprio curso, ética médica) se relacionam à atividade do candidato e a sua escolaridade pregressa, mas não dependem de conhecimentos médicos específicos; a produção do texto, em um dado momento, com tempo determinado, se cria questões de impossibilidade de uma revisão mais atenta, ou mais prolongada, se associa a uma motivação forte, qual seja a de produzir o "melhor" em função de uma almejada classificação final condizente com o ingresso no curso.

Os resultados até aqui obtidos parecem demonstrar que a produção escrita de médicos e as prescrições da norma culta para textos seguem linhas divergentes, aqui e ali, com alguns pontos de confluências: falta organização do material, não se obedecendo ao modelo usualmente aceito de introdução, desenvolvimento e conclusão; a ortografia é falha, principalmente se a atenção se volta para os acentos

⁴ Castro, Celia Lucia Monteiro de & Navarro Rivas, Carmen. Pós-graduação e comunicação escrita. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, 8(1) : 9-18, jan./abr. 1984; Castro, Celia Lucia Monteiro de. *Navegar é preciso. Escrever . . . será?* Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1985. Tese apresentada à Universidade Federal Fluminense para concurso de provimento de cargo de professor titular. Departamento de Fundamentos Pedagógicos, Faculdade de Educação.

⁵ Agradecimentos são devidos à Prof^a Léa Camillo - Coura (Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio de Janeiro) pelo acesso a este material.

⁶ Ver, a respeito, os seguintes trabalhos: Castro, Celia Lucia Monteiro de. *Concurso de habilitação aos cursos médicos no Estado da Guanabara — um estudo sócio-econômico*. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Escolas Médicas, 1968; et alii. *Características sócio-econômico dos candidatos aos cursos de medicina*. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Escolas Médicas/Diretoria do Ensino Superior, Ministério da Educação e Cultura, 1967; — et alii. *Caracterização sócio-econômico do estudante universitário*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ministério da Educação e Cultura, 1968; — et alii *O professor de medicina*. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Escolas Médicas/Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1969; — et alii. *Educação de recursos humanos e a atual mão-de-obra no setor saúde — bases para uma efetiva política de desenvolvimento — um estudo*. Belo Horizonte, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/Núcleo Integrado de Estudos de Recursos Humanos para a Saúde, 1972.

e o uso de c, ç, s, ss, z, x; a pontuação é caótica, de modo tal que mais se imagina do que se lê propriamente o conteúdo; há falhas de regência e de concordância.

A listagem dos desacertos, obviamente não exclusiva do grupo médico,⁷ de cunho meramente descritivo, pode ser útil já que assume características de “muro das lamentações” e de denúncia, ainda, a um ensino sabidamente deficiente. Não acrescenta muito, contudo, em termos de compreensão do fenômeno e pouco permite, para correção das falhas, além de medidas eminentemente pragmáticas.⁸

Partimos, então, para outro tipo de análise, concentrando a atenção no emprego da crase. Assumindo a hipótese de que as falhas de adoção da norma culta escrita, por parte de adultos de alto nível de escolaridade, se relacionam, pelo menos em parte, a um não-raciocínio permanentemente sobre a própria linguagem (metalinguagem), o estudo da crase pode se revelar útil para uma comprovação/refutação, eminentemente qualitativa, da hipótese. Representando graficamente a junção de dois sons idênticos ($a + a$), a crase, em síntese, significa: a) uma demonstração cabal das diferenças entre a fala e a escrita, já que a notação gráfica não tem qualquer correspondência com a emissão oral (acentuar ou não o a não encontra equivalência na forma de pronúncia); b) a persistência na escrita de fenômeno anteriormente encontrado na fala (emissão de dois a), assinalando a diferença de ritmos com que as alterações são introduzidas nas duas formas de expressão verbal; c) a necessidade de reconhecimento, por parte do usuário, de duas categorias gramaticais, como a preposição e o artigo (acrescido de notação específica para indicar a quantidade, singular e plural); d) o emprego de raciocínio hipotético-dedutivo, visto que a compreensão do primeiro a como preposição obriga, no caso de verbos a ela relacionados, o uso ou não-uso na dependência da regência do verbo empregado, da mesma forma que a percepção do segundo a como artigo leva à exclusão do acento em todas as situações em que o artigo definido feminino, singular ou plural, não pode ser utilizado (frente a palavras masculinas, a verbos, etc.). Em outros termos, metalinguagem.

Analisamos, do ponto de vista do emprego da crase (uso pertinente, ausência e uso indevido), 137 textos produzidos por médicos, candidatos em 1983 a cursos de mestrado/doutorado, em áreas clínicas, oferecidos por universidade federal situada na área geográfica do Grande Rio.⁹ Os textos versaram sobre o assunto

⁷ Castro, Celia Lucia Monteiro de. *Navegar é preciso* . . . op. cit.

⁸ Agradecemos as críticas feitas, neste sentido, pelas professoras Léa Camillo-Coura (Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Yone F. Leite (Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro).

⁹ A distribuição dos candidatos pelas áreas de concentração de estudos é a seguinte: anatomia patológica — 7 (5,1%), anesthesiologia — 5 (3,6%), cardiologia — 11 (8,0%), cirurgia abdominal — 28 (20,4%), dermatologia — 5 (3,6%), doenças infectocontagiosas — 10 (7,3%), endocrinologia — 8 (5,9%), gastroenterologia — 8 (5,9%), medicina física — 2 (1,5%), nefrologia — 4 (2,9%), nutrologia — 5 (3,6%), obstetrícia — 9 (6,6%), oftalmologia — 9 (5,9%), ortopedia — 7 (5,1%), otorrinolaringologia — 7 (5,1%) e radiodiagnóstico — 12 (9,5%).

determinado pela comissão examinadora, no momento da prova, devendo os postulantes discorrer, de forma dissertativa, sobre ética médica.¹⁰

4. Os resultados obtidos

Foram encontradas, nas 137 dissertações, 141 situações de crase, sendo 51 de uso pertinente (quadro 1), 65 de ausência (quadro 2) e 25 de uso indevido (quadro 3). Dado que, na categoria de uso pertinente, foram consideradas as situações de acentuação, quando ela se fazia necessária ("... exímio cirurgião geral à época..."), como também aquelas em que a acentuação era imprópria e não foi colocada ("... isso não é possível devido a vários problemas..."; "... obrigando a um conhecimento amplo..."), o que, neste último caso, pode envolver esquecimento da acentuação e não, propriamente, domínio da regra¹¹, argumento que se reproduz para os casos de ausência do acento grave ("... cheguei realmente a conclusão..."), iremos nos deter, com mais detalhe, nos casos de uso indevido do acento.¹²

Quadro 1
Distribuição dos casos de uso pertinentes da crase

Situação	f
Complementos nominais	24
Complemento de verbos transitivos indiretos (atender, chegar, obrigar, querer, tanger)	5
Complemento de verbos transitivos diretos e indiretos (aumentar, dar, entregar, estimular, ligar, oferecer, trazer)	7
Locuções adverbiais	
de tempo (à época, à distância, às vezes)	8
de lugar (frente à)	2
de modo (à mente)	1
Locuções prepositivas (em relação à, junto à)	3
Junto a pronomes demonstrativos	1
T O T A L	51

¹⁰ O acesso aos documentos foi possibilitado pela Prof^a Léa Camillo-Coura, a quem agradecemos.

¹¹ A presente pesquisa foi realizada através do exame de documentos escritos, não havendo contato pessoal com os indivíduos que os produziram. As dúvidas que surgiram não puderam, então, ser sanadas, o que se pretende evitar nos próximos trabalhos.

¹² A ênfase no presente trabalho é nitidamente qualitativa, não havendo, portanto, análise quantitativa, quer em termos descritivos, quer inferenciais.

Quadro 2
Distribuição dos casos de ausência de crase

Situação	f
Complementos nominais	12
Complemento de verbos transitivos indiretos (acomodar, atender, chegar, dedicar, destinar, manter, responder, tanger, visar, voltar)	20
Complemento de verbos transitivos diretos e indiretos (dar, levar, trazer)	4
Complemento de locuções verbais	2
Locuções adverbiais	
de tempo (às vezes)	4
de modo (à procura, à vontade)	4
Locuções prepositivas (com relação à, devido à, em relação à, graças à, junto à, quanto à)	16
Conjunções (à medida que)	2
Junto a pronomes demonstrativos	1
T O T A L	65

Quadro 3
Distribuição dos casos de uso indevido de crase

Situação	f
Antes de substantivo masculino	6
Antes de pronome	
masculino	3
feminino plural	2
Antes de artigo indefinido	
masculino	1
feminino	3
Antes de verbos	8
Expressão "a nível"	2
T O T A L	25

Embora o segundo *a* seja necessariamente um artigo definido feminino, há uso da crase nas seguintes situações:

antes de substantivos do gênero masculino:

“... de contratado *à* interno, *à* instrutor de ensino, *à* auxiliar de ensino e *à* professor assistente...”

“... em obter um resultado na maioria das vezes imediato, deu *à* médio e longo prazo...”

“... onde os mais experientes *à* exemplo de um querido professor...”

antes de pronome masculino:

“Em resposta *à* este item...”

“... desejo dar continuidade *à* este trabalho...”

antes do pronome feminino plural:

“Assistindo *à* todas as aulas...”

A classe média devido *à* suas aspirações...”

antes de artigo indefinido masculino:

“... leva *à* um estado de...”

antes do artigo indefinido feminino:

“o pai de um amigo submeteu-se *à* uma cirurgia cardíaca...”

E apesar do fato de que o primeiro *a* seja necessariamente uma preposição, foi utilizado o acento grave *antes de verbos no infinitivo*, como:

“... o médico passa *à* ser vítima deste sistema...”

No caso da expressão “a nível”, não somente se faz uso privilegiado do galicismo (*a niveau*), em detrimento da forma vernácula, como também se usa, indevidamente, a acentuação:

“... continuar os estudos *à* nível de mestrado...”

5. Outros estudos a serem feitos

O não-cumprimento de uma norma de acentuação, aparentemente simples, principalmente quando são analisados os casos de uso indevido desta norma, leva ao reforço da hipótese de que não há compreensão dos termos exatos de aplicação da regra ou há falha no reconhecimento das categorias gramaticais sobre as quais a norma se aplica.

Usa-se, assim, um instrumento (a escrita), sem um domínio adequado do próprio instrumento.

Na medida em que a pesquisa se efetuou sobre documentos escritos sem contato com os indivíduos que os produziram, não é possível avançar mais por ora. É o que se pretende fazer, em novas situações, levando pessoas a escreverem sobre os temas em relação aos quais já houve contato prévio e repetido com a forma pela qual a redação se estrutura (caso de dissertar sobre a etiopatogenia de uma determinada enfermidade); a redigirem sobre temas mais amplos e menos estruturados (a saúde em países subdesenvolvidos) e a falarem sobre o mesmo tema, de modo a possibilitar a comparação de duas formas de expressão verbal; a transcreverem, para papel, a fita gravada de sua própria enunciação oral, em todos os casos mantendo contato pessoal com informante, de modo a registrar seu conhecimento e suas reações.